

LE POLICE AUX FRONTIÈRES (PAF): ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍCIA DE FRONTEIRA EM SAINT-GEORGES L'OYAPOCK E O FLUXO MIGRATÓRIO NO CENÁRIO DE COVID-19

Dinaldo B. Silva Júnior¹
dinaldo.barbosa@ufcg.edu.br
Reginaldo da Costa Quaresma²
cfhreginaldo2019@gmail.com

Resumo: *o objetivo desse artigo é abordar historicamente o surgimento da polícia de fronteira francesa, conhecida como a Police aux Frontières (PAF) em Saint-Georges l'Oyapock e o seu estabelecimento na fronteira franco-brasileira, bem como, suas atividades desenvolvidas de policiamento e fiscalização de pessoas. No entanto, abordaremos ainda sua ampliação com o advento e funcionamento da Ponte Binacional nesse cenário pandêmico por COVID-19.*

Palavras-chave: *Fronteira Franco-Brasileira. Polícia de Fronteira. Migração.*

Résumé: *Le objectif de cet article est d'aborder historiquement le début de la police des frontières française, dite Police aux Frontières (PAF) à Saint-Georges l'Oyapock et leur implantation à la frontière franco-brésilienne, ainsi que leur développement de la police et inspection des personnes. Cependant, nous aborderons également son expansion avec l'avènement et le fonctionnement du Pont Binational dans ce scénario de pandémie par COVID-19.*

Mots-clés: *Frontière Franco-Brésilienne. Police aux Frontières. Migration.*

¹ Professor à l'Université Fédérale de l'Amapá, Campus d'Oiapoque (UNIFAP). Professor à l'Université Fédérale de Campina Grande(UFCG), Campus Campina Grande. Coordinateur du Projet transfrontalier d'Education en milieu carcéral de la frontière Brésil-Guyane. Membre du Comité de pilotage du Pacte universitaire pour la Promotion du Respect de la Diversité, de la Culture, de la Paix et des Droits de l'Homme de l'UNIFAP.

² Étudiant en histoire à l'Université Fédérale l'Amapá au Campus Binational d'Oiapoque.

ASPECTOS HISTÓRICOS: A CIDADE DE SAINT-GEORGES L'OYAPOCK

Dans un moment charnière pour l'histoire de Saint-Georges, confronté après 150 ans d'isolement relatif à l'ouverture d'une route vers Cayenne depuis 2003 et d'un pont vers le Brésil (PEREZ e ARCHAMBEAU, 2012)

Com nome de natureza, religiosa a vila de *Saint-Georges* tem sua formação no século XIX, especificamente em 1853, no dia do seu padroeiro em 23 de abril, e em 1946, alçou o patamar de comunidade de *Saint-Georges de l'Oyapock*. A sua natureza social foi a de servir como Prisão, inobstante, boa parte da Guiana Francesa como destaca Cavlak (2016, p. 68), “de modo que, no final do XVIII, já sob a Revolução Francesa, a alternativa encontrada para a ocupação da Guiana foi desafogar as prisões de Paris carregadas de encarcerados políticos e os enviarem para a Guiana”. E pelos os prisioneiros, foram construídas as primeiras estruturas da cidade: “*sur ce terrain, défriché par les 102 bagnards affectés à Saint-Georges, furent édifiés en plus des logements du personnel et des prisonniers, un débarcadère, un bâtiment administratif (justice et police), une église, un cimetière, une scierie (alimentée par un four à bagasse de canne), une sucrerie (pour le chauffage et la concentration du sirop) et une distillerie*” (PEREZ e ARCHAMBEAU, 2012, p.18).

No ano de 1863, a cidade de *Saint-Georges* encerra essa concepção de cidade prisão e foca seus esforços na extração de ouro e muda o seu plano habitacional para um entreposto de controle das atividades minerárias, conforme Perez et Archambeau (2012):

Mas a descoberta de ouro na região mudou a história de Saint-Georges[...]. Em 1885, foi descoberto ouro no rio Camopi, afluente do Oiapoque[...]. *Saint-Georges*, localizado abaixo e perto do primeiro salto do rio, tornou-se então uma pequena e interessante base de abastecimento para a prospecção de ouro. Para transportar ouro, farinha de mandioca torrada, peixe salgado e peixe-boi, depois pau-rosa, foram trazidos os barqueiros Saramaka do médio Maroni em 1887, que fortaleceram a modesta comunidade. Finalmente, a corrida do ouro em Carsewene, na área do Contestado de 1894 a 1902, viu um número surpreendente de aventureiros, garimpeiros, comerciantes, caçadores profissionais e até bandidos: 6.000 (de acordo com Hurault 1972) a 20.000 homens (de acordo com o Price 2011: 177) reuniram-se na região (2012, pp. 21-22).

Essa onda migratória citada acima no início do século XX, não foi motivo suficiente tanto para Brasil como para a França ajudarem no desenvolvimento³ a região fronteiriça, especialmente as cidades do Oiapoque e *Saint-Georges*. Esse contexto de descaso perdura até os dias de hoje:

³ A segunda metade do século XX, as cidades gêmeas da fronteira franco-brasileira possuíam uma comunicação humanitária importante com auxílio mútuo entre ambas até porque o abandono por parte dos governos nacionais era sentido pelas as duas cidades – *Oiapoque e Saint-Georges de l'Oyapock*. “Sua taxa de natalidade, como sua economia, é medíocre; as condições sanitárias são difíceis; serviços de saúde inexistentes (os enfermos procuram tratamento em Clevelandia, na costa brasileira). (...)Esta é a época em que as mulheres de Saint-Georges vão a Clevelandia para partos difíceis. Uma vez por semana o avião de Cayenne pousa no Oiapoque, e os Correios enviam a correspondência pelo aeroporto militar brasileiro. O Oiapoque, ainda é um reserva de vida comum. Para abrir o leste da Guiana e levar a estrutura básica, a

Os interesses de ambos os lados da fronteira baseavam-se na exploração dos recursos naturais e não na construção de uma zona de intercâmbio de desenvolvimento local. Os habitantes atraídos por essas novas cidades são principalmente garimpeiros, funcionários públicos ou soldados. As condições de vida são desde o início, extremamente inferiores ao nível nacional e regional. Assim, essas regiões tornam-se as periferias das periferias, doravante denominadas espaços "ultraperiféricos" (NONATO JUNIOR, 2016, p. 511).

Alguns ajustes urbanísticos e inovações sociais foram implementadas no final do século XX, muito mais para garantir o domínio territorial pelo o povoamento, do que a preocupação com a comunidade:

Em termos de estrutura pública, duas preocupações são centrais: a educação dos jovens (devido à explosão demográfica) e o controle da fronteira. Em 1980, começaram as obras da escola, sendo inaugurada em 1985. A explosão demográfica de *Saint-Georges* apresentou uma taxa de crescimento anual de 4,5% / ano em 1980, 5% em 1990 e 7% em 2000. Ao mesmo tempo, começa a projetar o controle migratório para os brasileiros. Os vizinhos brasileiros do outro lado, com ou sem razão, não são mais percebidos como patriotas, mas como brasileiros, nacionais de outro território e de outro destino. Para tanto, iniciaram-se em 1980 as obras de construção de uma nova *Gendarmerie* e mais tarde por força de cooperação franco-brasileira a *Police aux Frontières (PAF)* (PEREZ e ARCHAMBEAU, 2012, p. 34).

O século XXI é muito dinâmico para a cidade de *Saint-Georges*. Ocorre a ampliação e a pavimentação da estrada RN2, que liga Caiena à *Saint-Georges* e seus 230Km de extensão, promovendo um tráfego de aproximadamente 2.000 veículos por dia. A estrada traz consigo os benefícios e problemas do progresso: instituições públicas, abastecimento alimentar e de insumos, integração, turismo entre outros, mas também, o crime transnacional e a disseminação de doenças, verificável sobretudo neste período de pandemia pela COVID-19. Momento também que se destaca recentemente ação das forças policiais francesas como a *Police aux Frontières (PAF)* na Guiana Francesa: "Para fazer frente a este alto risco à saúde, o sistema PAF-Gendarmeria-Alfândega foi reforçado em *Saint-Georges* (...) com a chegada das Forças Armadas da Guiana desde 19 de abril". *Saint-Georges* teve seu primeiro caso de infecção em 23 de abril, e dois no dia seguinte⁴.

França ordenou à Legião que construísse a Estrada do Leste (primeiro entre Cayenne e La Comté), a futura RN2 chegaria à *Saint-Georges* em 2003 após 50 anos de trabalho e muitas mortes. A partir de 1960, o Estado do Amapá modificou os topônimos franceses tanto nas placas in situ quanto em todos os documentos cartográficos, atendendo ao pedido feito trinta anos antes pelo General Rondon: Martinica passou a ser visualizada como Oiapoque e *Saint Antoine* se torna Vila Vitória. Assim, o então desenvolvimento de *Clevelandia* é abandonado em favor do Oiapoque. Em 1968, Manuel Primo dos Santos foi o primeiro indígena (Karipuna) a tornar-se prefeito de Oiapoque (Vidal 2007: p.11)". (PEREZ e ARCHAMBEAU, 2012, pp..25-26.

⁴ *Saint-Georges* foi privado: "Levamos em consideração o rápido desenvolvimento da epidemia no lado brasileiro do Oiapoque e suas consequências em *Saint-Georges* (...). Os resultados de terça e quarta-feira mostram que o vírus está circulando fortemente por lá e por isso validam a manutenção em confinamento", explica à AFP o prefeito Marc Del Grande. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/saint-georges-de-l-oyapock-l-inquietant-cluster-de-guyane-a-la-frontiere-du-bresil-20200514> Acesso em: 10/10/2020.

Segundo o *L'Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE*⁵, *Saint-Georges de l'Oyapock*, possui 4.200 habitantes legais. Destes, 395 são funcionários públicos distribuídos nas áreas *Administration Publique, Enseignement, Santé et Action Sociale*. Assim também, conta com agentes das principais forças nacionais de segurança, como *Forces Armées en Guyane - FAG (armée de terre, armée de l'air et marine nationale)* apoiados no 3º *REI (régiment étranger d'infanterie)*, com uma *Brigade de Gendarmerie*, um *Centre D'incendie et de Secours de Pompier* e 2 unidades da *Police aux Frontières (PAF)*, 1 situada no *centre de bourg* e 1 na *Pont Binational*.

Este é um breve resumo histórico e social do mosaico cultural que se transformou *Saint-Georges de l'Oyapock*. Com necessidades, dificuldades e melhorias o município vai ampliando suas iniciativas estruturantes. Mas, finalizamos a seção com um alerta aos franceses que ainda no século XIX fez Coudreau (1895, p.268), “não é na França que nós vamos devolver *Saint-Georges de l'Oyapock*”.

O POLICIAMENTO FRANCÊS E A GÊNESE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA FRANCESA

Remontando o final do século XIX e início XX, observamos uma ebulição mundial. Uma expectativa quase generalizada no mundo ocidental, a citar, o prenúncio da Primeira Guerra Mundial, o alvorecer do Cinema, a *Belle Époque* na França, greves, o florescer dos Movimentos Feministas, e já no Brasil, as várias ondas migratórias, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata, enfim, um século de muitos embates. E é nesse contexto que se discute uma polícia judiciária na velha França, uma “*police chargée de seconder l'autorité judiciaire dans la répression des crimes et des délits*” (FRANÇA, 2011).

Os fatos relatados acima promoveram uma onda de atos de violência na Europa, e a França não estaria imune aos fatos subsequentes:

Os “apaches” parisienses, os “trabalhadores noturnos” do campo, estão de fato semeando problemas em grande escala e mostrando a incapacidade do Estado de se opor a eles com forças de segurança em número e competência suficientes. As fragmentadas forças policiais municipais e com pouco ou nenhum treinamento na luta contra os criminosos em grande escala, as brigadas da gendarmaria, pobres em homens e em recursos, são totalmente dominadas pelo surgimento de gangues organizadas de criminosos operando pelas forças armadas em vários departamentos (FRANÇA, 2011).

Com o intuito de conter os atos de violência na França, o policial Célestin Hennion⁶, então diretor geral de Polícia em 1907 promove a reestruturação da Polícia, no que se tem hoje como Polícia Judiciária. Um dos seus atos foi a criação de uma brigada móvel ostensiva

5 *Observer L'Évolution de la Société*. Fonte : *Insee, RP2007, RP2012 et RP2017, exploitations complémentaires, géographie au 01/01/2020*. O Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos – INSEE, é uma direção geral do Ministério da Economia e Finanças. Tem por missão recolher, analisar e divulgar informação sobre a economia e a sociedade francesa em todo o seu território. Ele conduz seu trabalho com total independência profissional. Para cumprir as suas missões, mobiliza competências diversas e todos os anos recruta funcionários públicos e contrata vários profissionais. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2011101?geo=COM-97308#chiffre-cle-9>. Acesso em: 10/10/2020.

6 Foi responsável pela reestruturação da Polícia francesa e foi considerado pioneiro do policiamento moderno. Sobre o tema ler: *Histoire de la police. Quelques réflexions sur l'historiographie française; Aux*

apelidada posteriormente de “Brigada do Tigre”⁷. “Surgiu então o decreto de 30 de dezembro de 1907, que instituiu doze brigadas policiais móveis regionais, as famosas “Brigadas de Tigres” responsáveis pelo combate ao crime organizado em todo o país” (FRANÇA, 2011).

Segundo Berliere (2007), em *Difficult Construction of a "Republican" Police in the Interwar France*, a Brigada do Tigre, ganharam esse nome na década de 1920, no contexto da Primeira Guerra, "foram desde o início parte de um contexto altamente emocional e conseqüentemente apanhadas em um processo de manipulação e mistificação que foi reforçado pelos casos criminosos sensacionais em que se envolveram” (BERLIERE, 2007, pp.23-24).

No final da década de 1930, a força policial através das brigadas móveis começam a avançar nas linhas fronteiriças da França – que o tema principal deste estudo –, inicialmente com a Espanha e Itália, sendo elas localizadas em: “Versalhes (1^a), Lille (2^a), Rouen (3^a), Angers (4^a), Orléans (5^a), Clermont-Ferrand (6^a), Bordeaux (7^a), Toulouse (8^a), Marselha (9^o), Lyon (10^o), Dijon (11^o), Reims (12^o), Rennes (13^o), Montpellier (14^o), Nancy (15^o), Strasbourg (16^o), Pau (17^o), Digne (18^o) e Chambéry (19^o)” (FRANÇA, 2011).

No fervor da segunda guerra mundial, novas alterações no sistema de policiamento francês são impostas. O inimigo agora também é externo. Assim, surge também o *Services Régionaux de Police Judiciaire* (S.R.P.J.):

Na França ocupada, em 23 de abril de 1941, ocorreu uma grande reforma legislativa que estabeleceu no país uma direção geral da polícia nacional — Contrôle Général des Services de Recherches Judiciaires — agregando o serviço de polícia judiciária. Isso durou algum tempo, pois, em 13 de janeiro de 1947, um decreto relativo à organização e funcionamento dos serviços de polícia judiciária externa restabeleceu os serviços regionais de polícia judiciária (FRANÇA, 2011).

Este mesmo *Services Régionaux de Police Judiciaire* (S.R.P.J.) foi o responsável por quase toda operação de combate ao banditismo, especialmente, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Este policiamento iria de combate a criminosos motorizados contra invasão à propriedade, a crime organizado, passando por sequestro, roubo de jóias, tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de material nuclear e biológico, enfim, quase tudo!

E dada à complexidade e aumento do mundo criminal, foi necessário uma alteração significativa no sistema de segurança pública francesa, a princípio: “Em 08 de março de 1985 foi instituído o Departamento de Assuntos Criminais e o Departamento de Assuntos Econômicos e Financeiros, o Departamento Técnico e Científico de Polícia (SDPTS)” (FRANÇA, 2011).

origines de la police politique républicaine, por Jean-Marc Berlière y Marie Vogel. Disponível em <https://journals.openedition.org/criminocorpus/257?lang=es>. Acesso em: 25/09/2020.

7 Essas foram instaladas em Paris (1^a), Lille (2^a), Caen (3^a), Nantes (4^a), Tours (5^a), Limoges (6^a), Bordeaux (7^a), Toulouse (8^a), Marselha (9^a), Lyon (10^o), Dijon (11^o) e Châlons-sur-Marne (12^o). Em seguida as brigadas de Rennes (13^a), Montpellier (14^a) e Nancy (15^a) foram criadas. Ao mesmo tempo, as brigadas de Angers (4^a), Orléans (5^a), Clermont-Ferrand (6^a) e Reims (12^a) substituíram respectivamente as de Nantes, Tours, Limoges e Châlons. Em poucos meses, eles obtiveram resultados particularmente significativos. Seu primeiro relatório oficial, publicado no “Le Temps” de 21 de fevereiro de 1909, relatou 2.695 detenções, incluindo as de 65 assassinos, 07 estupradores, 10 falsificadores, 283 criminosos e 193 ladrões ou ladrões armados. (FRANÇA, 2011)

A *posteriori* mais uma atribuição ao *Services Régionaux de Police Judiciaire* (S.R.P.J), e talvez a mais importante para este estudo: em 02 de abril de 1985, o S.R.P.J., amplia sua atuação para as Antilhas-Guiana.

2.1 A GÊNESE DA *POLICE AUX FRONTIÈRES* (PAF)

Entre sucessivos Decretos e Leis e ainda no contexto da segunda guerra mundial, especificamente, em 1944, surge a *Police de l'Air et des Frontières* a antecessora da *Police aux Frontières* (PAF) (DIEU, 2015)⁸. Assim temos “Em 1944 foi criada a Subdireção da Polícia Aérea e de Fronteiras (PAF). Em 14 de outubro de 1994, a Polícia de Ar e Fronteiras (PAF) dá lugar à Direção Central de Imigração e Luta contra o Trabalho Ilegal (DICCILEC). Por fim em 29 de janeiro 1999, é sucedida pela Direção Central de Polícia de Fronteira (DCPAF) (COLOMBEAU, 2010, p. 6)⁹.

A Direção Central de Polícia de Fronteira (DCPAF, s.a.)¹⁰, que é responsável pela *Police aux Frontières* (PAF), atualmente está presente em Zonas Administrativas, em Aeroportos e nas Coletividades Ultramarinas francesas. Esta por último será a região de nosso estudo, a Coletividade Ultramarina da Guiana Francesa, região fronteiriça com o Brasil, especialmente a cidade de *Saint-Georges*.

Assim, nos tópicos subsequentes vamos nos debruçar nas características da *Police aux Frontières* (PAF), como suas atividades, estrutura, dificuldades e sua atuação na cidade de *Saint-Georges*.

2.2 A *POLICE AUX FRONTIÈRES* (PAF): PRIMEIRO ENTENDIMENTO

Como notadamente trazemos algumas passagens do Código Processual Francês que dispõem sobre a função legal no controle de fronteiras:

8 Segundo François Dieu (2015): *1994 - changement d'appellation de la PAF (Police de l'air et des frontières) en DICCILEC : Direction centrale du contrôle de l'immigration et de la lutte contre l'emploi des clandestins ; redevenue en 1999 la PAF : Police aux frontières ; 1996 - mise en place de l'Office central pour la répression de l'immigration irrégulière et l'emploi d'étrangers sans titre (OCRIEST) rattaché à la Direction centrale de la police judiciaire / DCPJ, avec notamment un pôle opérationnel (qui s'articule en cinq groupes opérationnels à thématique géographique: Chine, Asie méridionale, Asie, Moyen Orient / Europe, Afrique / Amérique du Sud, liée à la nationalité d'origine des trafiquants de migrants) : animation de la lutte contre les filières d'immigration irrégulière, contre les réseaux structurés d'emploi d'étrangers sans titre de séjour et/ou d'autorisation de travail et contre les réseaux de fraude documentaire favorisant l'immigration irrégulière et le travail illégal; identification des menaces en termes de flux migratoires.*

9 Sobre DICCILEC verificar em Sara Colombeau (2010): *While the government was negotiating the conditionality of the implementation of the Schengen Agreement, the former “Police de l'Air et des Frontières” (Air and border police) became in 1994 the DICCILEC (Direction Centrale du Contrôle de l'Immigration et de la Lutte contre l'Emploi Clandestin – Directorate for immigration control and the fight against illegal employment). This organizational change is the sign of a broader change in the conception of the role of the border guards in France. The word “border” itself no longer appears in the name of that department. The new vision of the border guards that emerged with the DICCILEC put the emphasis on the fight against illegal immigration more than on trans-border control. It assumes that the main problem is not the holding of the national borders but the detection of irregular migrants and their deportation.*

10 <https://www.police-nationale.net/dcpaf/>

Em uma área entre a fronteira terrestre da França com os Estados Partes da convenção assinada em Schengen em 19 de junho de 1990 e uma linha traçada 20 quilômetros (...), bem como nas áreas acessíveis ao público de portos, aeroportos e estações ferroviárias ou rodoviárias abertas ao tráfego internacional e designadas por decreto (...). Em uma área compreendida entre a fronteira terrestre ou a costa do departamento da Guiana e uma linha traçada vinte quilômetros abaixo, e em uma linha traçada cinco quilômetros em cada lado, bem como na estrada nacional 2 sul no território do município de Regina, poderá ser verificada a identidade de qualquer pessoa, de acordo com os procedimentos previstos no primeiro parágrafo, com vistas à verificação do cumprimento das obrigações de posse, porte e apresentação dos títulos e documentos previstos na lei”.

“Em caso de recusa ou não puder provar a sua identidade, o oficial assistente da polícia judiciária informa imediatamente o fato a qualquer oficial da polícia judiciária da polícia nacional ou da gendarmaria nacional com jurisdição territorial (FRANÇA, 2006).

Segundo Sara Casella Colombeau (2013), a PAF tem dois momentos de atuação no controle de pessoas em suas fronteiras. Inicialmente, uma forte atuação no controle de pessoas que se deslocam por via terrestre, e depois, a partir do Tratado Schengen, começa a atuar também controle de pessoas que se deslocam por via aérea.

Sobre o Tratado de Schengen é necessário uma breve análise para subsidiar o leitor nessa dinâmica de circulação de pessoas:

Esta história começou em 1985, quando cinco Estados Membros da União Europeia decidiram suprimir os controles nas suas fronteiras internas — assim nasceu o Espaço Schengen. Num continente onde anteriormente as nações derramavam sangue para defender os seus territórios, hoje as fronteiras só existem nos mapas. Todos os anos, os europeus fazem mais de 1,25 mil milhões de viagens dentro do Espaço Schengen. Uma Europa sem fronteiras internas representa igualmente enormes benefícios para a economia, o que demonstra o quanto a concretização de Schengen é tangível, popular e bem sucedida, assim como a sua importância para a nossa vida cotidiana e para as nossas sociedades. Precisamos preservar e reforçar este feito comum. Suprimir as fronteiras, garantir a segurança e criar um clima de confiança demorou muitos anos após duas guerras mundiais devastadoras. A criação do Espaço Schengen é um dos maiores feitos da União Europeia e é irreversível. Atualmente, a livre circulação torna a Europa menor e contribui para a nossa união. Atualmente, o Espaço Schengen abrange 26 países europeus (22 dos quais são Estados Membros da União Europeia): Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, assim como a Islândia, o Listenstaine, a Noruega e a Suíça¹¹.

11 Dimitris Avramopoulos, comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania, IN: Comissão Europeia. *Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen*. Migração e Assuntos Internos. P.03. Ainda, “tanto os cidadãos da União Europeia (UE) como os nacionais de países terceiros podem viajar livremente dentro do Espaço Schengen, só sendo objeto de controle quando atravessarem as suas fronteiras externas”, P.04. Disponível em: https://ec.europa.eu/homeaffairs/sites/homeaffairs/files/elibrary/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111_126_pt.pdf. Acesso em 26/09/2020.

Não obstante, sobre a PAF Sara Casella Colombeau (2013) destaca as transformações ocorridas na PAF com a decretação de um “espaço de livre circulação de pessoas”, é dizer, “na verdade, a maior parte do pessoal do PAF no período pré-Schengen estava estacionado nas fronteiras terrestres francesas, que se tornaram fronteiras internas (COLOMBEAU, 2013b, pp. 2-3) . Após o tratado Schengen ela avança inclusive chega a atuar fora dos Departamentos como é o caso: “*Haute-Savoie est par exemple installée à Gaillard, celle de la Manche à Cherbourg*” (FRANÇA, 2017, p.58). Ou seja, “percebo uma mudança gradual, mas radical (STREECK e THELEN 2005) que levou a fazer do PAF uma administração crescente” (COLOMBEAU, 2013b, pp. 2-3).

2.3 POLICE AUX FRONTIÈRES (PAF): SUA ESTRUTURA

Em sua Tese *Surveiller les personnes, garder les frontières, définir le territoire : la Police Aux Frontières après la création de l'espace Schengen (1953-2004)*, (COLOMBEAU, 2013a), é precisa na sua caracterização da PAF: é uma polícia que controla o deslocamento de pessoas. Ainda, Colombeau (2013a, p.598), “desde 1974 o princípio da fronteira é local, legítimo e eficaz para controlar a circulação de pessoas e os desvios. Assim, a PAF surge tanto como um ator profissional capaz de defender uma extensão dos limites de sua “jurisdição”, mas também como um ator administrativo que intervém no desenvolvimento dos regimes de trânsito”. A PAF é consignada e subordinada sob o título Direção Central de Polícia de Fronteiras (DCPAF) com dimensão Nacional de Polícia e tendo sua criação ainda no século XX.

Sua estrutura atual está em consonância com as polícias modernas no mundo. Utiliza tecnologia avançada e investe em inteligência e capacitação funcional. A mesma está distribuída nas áreas de domínio francês, seja no velho continente seja nas coletividades além mar.

De forma didática apresentamos a tabela abaixo com sua estrutura dinamizada:

DIREÇÕES POR ZONA	CONTROLE AEROPORTUÁRIO	DIREÇÕES
DZPAF NORTE	ORLY	NOVA CALEDÔNIA
DZPAF SUL	ROISSY CHARLES DE GAULLE L. BOURGET	POLINÉSIA FRANCESA
DZPAFSUDESTE		MAYOTTE
DZPAF SUDOESTE		SÃO PEDRO E MIQUELON
DZPAF OESTE		
DZPAF LESTE		
DZPAF ANTILHAS GUYANESE		

TABELA 1. PRESENÇA DA PAF EM DOMÍNIO FRANCÊS.

Fonte: FRANCE. Ministère de l'Intérieur: Police Nationale. Direction Centrale de la Police Aux Frontières¹².

¹² Ainda sobre a estrutura da PAF dispõem do seguinte efetivo: são 45 filiais departamentais, 07 brigadas ferroviárias, 07 centros de análise operacional e gestão e 10 brigadas policiais de aviação. Conta ainda com 44 Brigadas de Pesquisa Móvel (BMR), 08 filiais de BMR, OCRIEST e unidades de investigação com competência judicial nas Zonas. Também possui 10 Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPD) comuns com Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Itália e Suíça, e 04 delegacias conjuntas com a Alemanha. Além de 15 centros de detenção administrativa. Fonte: FRANCE. Ministère de l'Intérieur: Police Nationale. Direction Centrale de la Police Aux Frontières. 2020.

2.4 A POLICE AUX FRONTIÈRES (PAF) NA GUIANA FRANCESA

A Coletividade Guianense possui aproximadamente 90.000 km² de extensão territorial e fronteiras peculiares: ao norte faz fronteira com o Suriname que tem o idioma oficial holandês e ao sul através da Cidade de *Saint-Georges* faz fronteira com o Brasil que fala português. A peculiaridade perpassa por dois elementos interessantes. A Guiana Francesa é a única fronteira da União Europeia com a América Latina; Ainda, a França não reproduz a mesma ligação territorial e nem cultural com os países de língua portuguesa e holandesa na Europa, embora façam parte do mesmo contexto europeu: França, Portugal e Holanda.

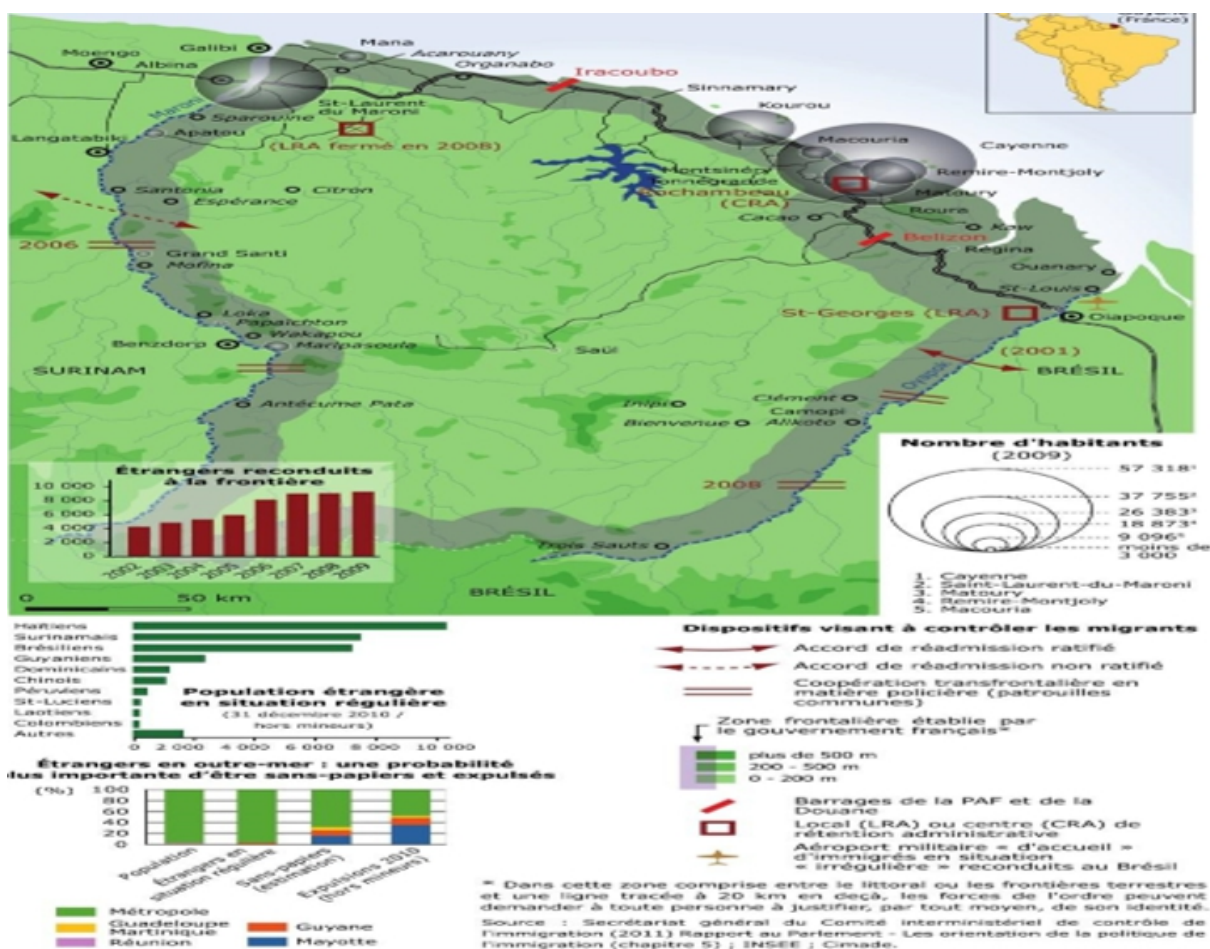
Tais constatações não refletem diretamente nas atividades e regramentos desenvolvidos nestas fronteiras pela PAF. No entanto, casos que envolvem o crime transnacional na Coletividade Guianense são mais preponderantes do que em outras regiões fronteiriças com a França, como é o caso da atividade ilegal de garimpagem (BARANGER, 2017, p.70)¹³, e, por conseguinte, suas conseqüências:

A Guiana possui muitas especificidades que podem justificar políticas públicas adequadas. Com relação aos fluxos migratórios, a prefeitura da Guiana destaca, por exemplo, que raramente os estrangeiros chegam com visto. Devido à complexidade e aos procedimentos administrativos onerosos, não respeitam a lógica de entrada no território (...). Os estrangeiros, portanto, muitas vezes chegam sem documentos e procuram regularizar sua situação ali (...). O tamanho do território, o crescimento demográfico e a porosidade das fronteiras podem exigir procedimentos especiais. O Estado está, portanto, tentando adaptar seus mecanismos como, por exemplo, o estabelecimento de um “regime de tráfego transfronteiriço em benefício dos residentes da área de fronteira entre o Estado do Amapá e a região da Guiana” (Decreto n° 2014-1052 de 15 de setembro de 2014, publicado no Diário da República de 17 de setembro de 2014) (BARANGER, 2017, p.118).

Mesmo assim, com as dificuldades apresentadas acima no que diz respeito à apreensão de imigrantes ilegais, a Guiana Francesa possui 19 áreas de detenção de imigrantes ilegais, sendo 06 dessas sob administração da PAF. No caso de *Saint-Georges*, identifica-se uma área de detenção administrativa mas pouco utilizada pois as remoções/escoltas ocorrem de forma célere.

Dito isso, observamos em seguida o controle migratório na Guiana Francesa a partir das áreas de atuação da PAF:

¹³ “Em 20 de agosto de 2013, o prefeito da Guiana expediu despacho prorrogando o de 8 de março de 2013, mantendo o posto de fiscalização da RN 2 no nível do município de Regina entre 9 de setembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014 inclusive³. Em 25 de junho de 2013, outro decreto, prorrogando o de 30 de novembro de 2012, também foi emitido pelo prefeito com o objetivo de manter o posto fixo de guarda nacional no RN 1 ao nível de Ponte da aglomeração de Iracoubo entre 1° de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2013. Aproximadamente a cada seis meses, desde 2007, foram expedidas portarias municipais com o objetivo de manter essas duas barreiras. Estes dois pontos de controle são, de acordo com os artigos 4 desses decretos, de “natureza excepcional e derogatória do estrito direito comum desses controles permanentes dentro do território” e devem “ser voltados principalmente para a repressão do ‘garimpo clandestino de ouro e imigração ilegal”.



MAPA 1: ALGUMAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PAF NA GUIANA FRANCESA.

Fonte: IN: Justine Baranger, L'accès aux droits des étrangers en Guyane, État des lieux des parcours, des réglementations et dispositifs, Études & Perspectives, 2013.

2.5 MISSÃO DA POLICE AUX FRONTIÈRES (PAF) NA GUIANA FRANCESA E SUA INCIDÊNCIA EM SAINT-GEORGES

Como o regramento da atividade policial de fronteira é algo nacional, a Guiana Francesa, por conseguinte *Saint-Georges*, apenas media a estruturação e funcionamento em sua localidade identificando as áreas críticas de atuação.

A expectativa do surgimento de uma estrutura física de ligação, no início do século XXI, entre a França (*Saint-Georges*) e o Brasil (Oiapoque) – *Pont Binational* – fez com que a PAF ampliasse suas atividades para *Saint-Georges*. Então, em 2005 firmam estruturalmente suas bases de policiamento na fronteira franco-brasileira: “antecipando-se a essa nova infraestrutura, a França instalou um destacamento da Polícia de Fronteira (PAF) em *Saint-Georges* em 2005, e tornou obrigatória para os brasileiros a obtenção do visto oficial” (SILVA, GRANGER, LE TORNEAU, 2019, p. 9). Então, até a inauguração da *Pont Binational* a fiscalização, o controle e a autorização de acesso ao município de *Saint-Georges* era através do *bureaux* da “PAF (*rue du Commandant Kodji*, na cidade de *Saint-*

Georges de Oyapock, e não na ponte). O pedido é então encaminhado ao Escritório de Imigração da Prefeitura da Guiana para verificação das informações. Depois de preenchido, o cartão é devolvido ao PAF de *Saint-Georges de Oyapock*, que emite este documento pessoalmente” (CORNOU, 2018, p.51)¹⁴.

Assim, com a inauguração da *Pont Binational* em março de 2017, a PAF ampliou suas ações na Ponte Binacional com um posto avançado de controle pessoas e tráfego: “*avec l'ouverture du pont, le système de circulation du bassin de l'Oyapock fut l'objet d'une intense transformation par l'apparition d'un système double et asymétrique. Le pont capta ainsi la circulation légale, mais en imposant de façon renforcée les normes de la France continentale, dans un processus d'affirmation renforcé de l'échelle nationale dans un contexte local*”(SILVA, GRANGER, LE TORNEAU, 2019, p. 10).

Segundo o Informativo da Prefeitura da Guiana Francesa (Les services de l'État en Guyane), a PAF “é responsável por zelar pelo o cumprimento dos leis relativas ao tráfico transfronteiriço, à entrada e permanência de estrangeiros no território, bem como, garante a segurança pública e coopera internacionalmente em missões de paz”. É dizer:

Em relação à sua atividade principal, os guardas de fronteira definidos no modelo “polícia estrangeira” são especializados na detecção de documentos falsos, investigação de redes de imigração ilegal e contratação ilegal de migrantes irregulares. A sua atividade diária tornou-se mais judicial: desenvolvem laços estreitos com os atores do sistema judicial e referem-se principalmente ao direito penal, e não ao direito administrativo. Eles investigam de maneira semelhante e com objetivos semelhantes aos da divisão de detetives da Força Policial Francesa. Eles têm ligações diárias com os magistrados de instrução em casos específicos (COLOMBEAU, 2010, p.7).

Sem embargo, “também realiza ações conjuntas de combate à imigração ilegal e ao trabalho ilegal com outros serviços (*Gendarmerie*, Exército, etc.) e garante a remoção de estrangeiros ilegais para os centros de detenção administrativa onde aguardam a deportação”¹⁵.

14 Entre 1 de janeiro de 2015 e 2 de junho de 2015, foram solicitados 500 cartões de tráfego transfronteiriço, para 200 cartões de tráfego alocados (L. Marot). Em meados de março de 2016, havia cerca de 700 cartões transfronteiriços distribuídos para 1020 pedidos (M. Briswalter). No final de 2017, cerca de 1.300 cartões de tráfego transfronteiriço foram emitidos em 1.700 pedidos.

15 Missão da PAF na Guiana Francesa: “*Les services de la police aux frontières de Guyane ont pour mission : le contrôle de la circulation transfrontalière à l'aéroport de Cayenne-Felix Eboué, ainsi qu'au bac international de Saint-Laurent-du-Maroni; la lutte contre l'immigration irrégulière; la lutte contre l'emploi illicite des étrangers en situation irrégulière; la lutte contre les filières d'immigration illégale; la lutte contre la fraude documentaire; la lutte contre l'insécurité*”. Disponível em: <http://www.guyane.gouv.fr/Services-de-l-Etat/Les-services-de-l-Etat-en-Guyane/Services-de-securite/La-DDPAF-direction-departementale-de-la-police-aux-frontieres> Acesso em: 26/09/2020.

DIREÇÕES	CONTROLE AEROPORTUÁRIO	CONTROLE
DEPARTAMENTO NO AEROPORTO INTERNACIONAL FELIX EBOUÉ	AEROPORTO INTERNACIONAL FELIX EBOUÉ	SAINT -LAURENT -DU-MARONI
		SAINT -GEORGES -DE-L'OYAPOCK
		BRIGADA MÓVEL DE PESQUISA
		CENTRO DE DETENÇÃO ADMINISTRATIVA

TABELA 2. PRESENÇA DA PAF NA GUIANA FRANCESA.

Fonte: Les services de l'État en Guyane: la Direction Départementale de la Police aux Frontières¹⁶.

2.6 PROBLEMATIZANDO A *POLICE AUX FRONTIÈRES (PAF)* NA GUIANA FRANCESA E SUA INCIDÊNCIA EM *SAINT-GEORGES* EM TEMPO DE PANDEMIA POR COVID-19

A gerência de fronteiras no mundo é extremamente complexa. O tráfico de pessoas, o tráfico de armas, o tráfico de drogas ganharam destaque no final do século XX e início do século XXI. A citar, o narcotráfico distorceu a economia de vários países, conectando-se crescentemente à lavagem de dinheiro, tráfico de armas e outros delitos. Comprovando a teoria segundo a qual não existe “consumo inocente”, com os consequentes efeitos sobre a criminalidade e a saúde pública (SILVA, 2013, p. 161). Não é diferente na fronteira guianense. É muito fácil o fluxo migratório, seja pelas florestas ou pelos rios, e estes “são considerados pelos habitantes como vetores de trocas econômicas, sociais, culturais e matrimoniais do que como fronteiras” (BARANGER, 2018, p.98). E por tudo isso, desde 1994 a PAF vem adaptando sua atuação em território francês alcançando seu auge estrutural em 2005 com a implantação de vários *Direction Départementale de la Police aux Frontières – DDPAF*.

Essa porosidade e fluidez típica de uma fronteira, especialmente em *Saint-Georges*, geram uma deportação sistemática e intensa, pois com os imigrantes ilegais “não é incomum que um indivíduo seja removido várias vezes ao ano” (BARANGER, 2018, p.98).

Essa busca frenética por um '*el dorado*', por um Estado de Bem-Estar Social proporcionado pelo o modelo europeu, aumenta a entrada na Guiana Francesa e agrava a ilegalidade em *Saint-Georges*, pois a França exige que os brasileiros tenham vistos para entrar na Guiana Francesa, o que inviabiliza o trâmite legal, pois o visto tem um preço

¹⁶ Disponível em: <http://www.guyane.gouv.fr/Services-de-l-Etat/Les-services-de-l-Etat-en-Guyane/Services-de-securite/La-DDPAF-direction-departementale-de-la-police-aux-frontieres#:~:text=La%20Direction%20d%C3%A9partementale%20de%20la%20police%20aux%20fronti%C3%A8res&text=Plac%C3%A9%20sous%20l%27autorit%C3%A9%20du,des%20%C3%A9trangers%20sur%20le%20territoire>. Acesso em: 26/09/2020.

muito elevado além da demanda documental. Isto posto, a “França parece perceber a necessidade de encontrar soluções específicas para este território. Vale lembrar que os brasileiros precisam de visto para entrar na Guiana, enquanto não precisam de visto para entrar no continente. A questão dos movimentos entre a França e o Brasil surge com tanta força quanto a ponte que liga a cidade de *Saint-Georges* ao d’*Oyapock*” (BARANGER, 2018, p.98)¹⁷.

Eis que surge uma contradição que perdura muitos anos ferindo, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seus Artigos XIII: 1º Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2º Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar; Artigo XIV: 1º Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países (ONU, 1948)”.

E sem a possibilidade ter uma definição tão logo, pois,

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, principalmente por suas ações contra a proteção ambiental, especialmente na Amazônia, e a ameaça de retirar o Brasil do Acordo de Paris afastam os países. Esse esfriamento diplomático entre os dois países, por ora esmaece as possibilidades de se estabelecer uma verdadeira circulação formalizada entre os dois lados da fronteira que passa principalmente eliminando a exigência de visto para os brasileiros, o que seria um passo fundamental na normalização bilateral da fronteira (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019, p. 12).

Atualmente um dos problemas enfrentados pela PAF de *Saint-Georges* é a verificação de documentos de crianças e jovens. Na maioria das vezes os passaportes são válidos, no entanto, os documentos utilizados para a expedição dos passaportes é que são adulterados, como identidades, registros de nascimento, entre outros. Sessão do Senado Francês em 28 de junho de 2017 já chamava a atenção para tal situação: “*la police aux frontières est saturée. Les documents qu'elle contrôle sont parfois de vrais passeports élaborés dans les ambassades, mais établis à partir de faux papiers, d'où la complexité du dispositif et la longueur de l'instruction par la PAF*” (FRANÇA, 2017, p. 98).

Sendo assim, o trabalho demandado para a PAF se torna de alta complexidade e moroso, pois,

A incerteza sobre a sua real idade já é prejudicial para o menor, visto que reforça a situação de instabilidade em que se encontra inserido, mas também para as equipes da PAF [...]. O fato é que este momento de controle é realmente difícil para todos os atores envolvidos e é importante encontrar soluções [...]. Portanto, existe um problema financeiro, um problema de cooperação com os países de origem destes

¹⁷ “Princípio adotado na 8ª Sessão da Comissão Mista Transfronteiriça Franco-Brasileira nos dias 12 e 13 de março de 2013, foi concretizado por decreto de 29 de novembro de 201354. Modifica o CESEDA e cria um cartão transfronteiriço com a autorização de permanência em períodos máximos de 72 horas para os habitantes da cidade de *Oyapoque*. No entanto, nem todos os habitantes do *Oyapoque* terão um cartão que lhes permitirá deslocar-se à cidade de *Saint Georges* sem necessidade de passaporte ou visto. O cartão também terá validade na outra direção, embora a utilidade pareça baixa, já que os franceses podem viajar para o Brasil por três meses sem precisar de visto”.

juvens e, acima de tudo, a obrigação de trabalhar a nível europeu” (FRANÇA, 2017, pp. 98-99).

Não poderíamos nos furtar de dar destaque também ao cenário atual de Pandemia por COVID-19. Muito embora saibamos que a dimensão do impacto dela só será apresentada depois de um controle da mesma por parte das autoridades em saúde pública, mas algumas consequências por parte do policiamento de fronteira já se tem registro:

As medidas adotadas para nivelar a curva de infecção incluem quarentena, toque de recolher e contenção, restrição de viagens e limitação de atividades econômicas e sociais. Embora à primeira vista a entrada em vigor dessas medidas e o aumento da presença da polícia nas fronteiras e na arena pública pareçam inibir o crime, elas também podem empurrá-lo ainda mais para a clandestinidade. No campo do tráfico de pessoas, os criminosos estão adaptando seus modelos de negócios à “nova realidade” criada pela pandemia, em particular por meio do uso indevido das modernas tecnologias de comunicação. Ao mesmo tempo, a pandemia COVID-19 está afetando a capacidade das autoridades públicas e organizações não-governamentais de fornecer serviços essenciais às vítimas desse crime¹⁸.

Inobstante, os próprios agentes da PAF não estão conseguindo executar a fiscalização e o controle de pessoas, pois os mesmos estão sendo infectados em face da exposição e pela falta de condições adequadas, principalmente “os serviços mais sensíveis, como é o caso desenvolvido pela Polícia de Fronteira (PAF)¹⁹, e assim, reduzindo o efetivo nas fronteiras:

“19 policiais testaram positivo para Covid-19. A doença teria se espalhado entre os policiais desde o final de setembro²⁰”;
“Coronavirus : aux frontières, “nos policiers travaillent dans des conditions indignes(...)les agents dénoncent des conditions d'hygiène déplorables²¹”;
“trois agents de la police de l'air et des frontières affectés au centre de rétention administrative, ont été testés positifs au coronavirus²²”.

Destarte, funciona a PAF em *Saint-Georges l'Oyapock* com sua ambiguidade *ad eternum*: propaga o controle das fronteiras francesas, mas não controla a força da natureza amazônica; é cobrada uma organização modelo europeu, mas não possuem meios de proteger seus funcionários; promove o combate ao crime transnacional, mas não consegue identificar a maioria de um jovem. C'est la vie!

18 Bem como, os agentes da PAF estão mais expostos à contração do vírus, menos equipados para prevenir a contaminação e ter acesso mais limitado aos serviços de saúde para o tratamento da doença https://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica//Thematic_Brief_on_COVID19_FR.pdf?fbclid=IwAR3a5KbSQCLqIb6VKpjU2mXBeRIffJczMc022BycoLWEgqn9-yqtghB_c4.

19 <https://www.leparisien.fr/oise-60/oise-19-policiers-positifs-au-covid-19-au-commissariat-de-beauvais-07-10-2020-8398197.php>

20 <https://www.leparisien.fr/oise-60/oise-19-policiers-positifs-au-covid-19-au-commissariat-de-beauvais-07-10-2020-8398197.php>

21 <https://france3-regions.francetvinfo.fr/grand-est/bas-rhin/strasbourg-0/coronavirus-aux-frontieres-nos-policiers-travaillent-conditions-indignes-denoncent-agents-du-bas-rhin-1812370.html>

22 <https://france3-regions.francetvinfo.fr/occitanie/herault/sete/coronavirus-trois-agents-paf-testes-positifs-au-centre-retention-administrative-sete-1864448.html>.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender o surgimento e atuação da *Police aux Frontières (PAF)*, no controle migratório na fronteira Franco-Brasileira, especialmente na cidade de *Saint-Georges de l'Oyapock*.

No entanto, ao iniciarmos essa pesquisa identificamos de imediato uma dificuldade em acessar as informações referentes à PAF, bem como, estabelecer qualquer tipo de contato com a instituição supracitada. Mostrando o quão difícil é a relação social em uma fronteira, sobretudo, para aqueles que se aventuram numa migração forçada.

As relações entre França e Brasil/Portugal no continente americano possuem um histórico de conflitos que data do século XVI. Mas, agravou-se no século XIX na região norte especificamente no então Estado do Amapá sob o julgo do Contestado Franco-Brasileiro.

De lá pra cá, a fronteira Franco-Brasileira não vivenciou tantos momentos dramáticos, muito mais auxílio mútuo entre os habitantes do Oiapoque e de *Saint Georges de l'Oyapock*, diga-se, apenas entre eles, do que proposituras reais e duradouras por parte dos governos da França e Brasil. Em suma, apenas arranjos sociais, aspectos de economia solidária e laços afetivos desenvolvidos pelos habitantes da fronteira.

O final do século XX foi mais difícil para o lado brasileiro, pois a intensificação dos crimes transnacionais fez com que houvesse um bloqueio nas relações outrora desenvolvidas pelos habitantes da fronteira. Barreiras alfandegárias, prisões, deportações, multas, mortes, fizeram com que estas relações que antes eram irmanadas entre os habitantes, fossem colocadas na clandestinidade.

E quando se pensou que a Ponte Binacional fosse equalizar as relações entres os *irmãos* da fronteira, o que se observou foi o surgimento de mais um bloqueio policial na Ponte Binacional exercido pela *Police aux Frontières (PAF)*, de modo que agora nem passeio na orla de *Saint Georges de l'Oyapock* pode ser feito pelos brasileiros para aquecer o turismo local.

A pandemia por COVID-19 também foi um agravante nessa relação. A imprensa e autoridades públicas francesas ao destacar os casos de COVID-19 no Oiapoque (*Une bombe à retardement pour la Guyane²³? Ce sont de vieux démons transfrontaliers que la pandémie de Covid-19 a réveillés et avec lesquels le premier ministre Jean Castex, attendu dimanche en Guyane, va devoir composer²⁴*) “como se fosse uma bomba relógio”, “a fronteira como uma demônio”, distancia ainda mais os *irmãos* e agrava esse clima de xenofobia.

Enfin, c'est la vie à la frontière franco-brésilienne!

23 <https://la1ere.francetvinfo.fr/guyane/ouest-guyanais/guyane/la-bombe-covid-19-au-bresil-aux-portes-de-la-guyane-829780.html>

24 <https://www.mediapart.fr/journal/international/110720/covid-19-en-guyane-la-france-est-accusee-d-avoir-abandonne-les-bresiliens>

REFERÊNCIAS

BARANGER, Justine. *L'accès aux droits des étrangers en Guyane, État des lieux des parcours, des réglementations et dispositifs, Études & Perspectives*. Coll. Intégration et accès aux droits, Centre de ressources de la Politique de la Ville - Guyane, 2017.

BERLIERE, Jean-Marc. *The Difficult Construction of a "Republican" Police in the Interwar France*. Policing Interwar Europe, Continuity, Change and Crisis, 1918-1940, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49132542_The_Difficult_Construction_of_a_Republican_Police_in_the_Interwar_France Acesso em: 25/09/2020.

CAVLAK, Iuri. *Em torno das origens da Guiana Francesa: dos primórdios ao século XIX*. Macapá: PRACS-UNIFAP. 2016.

COLOMBEAU, Sara Casella. [Surveiller les personnes, garder les frontières, définir le territoire: la Police Aux Frontières après la création de l'espace Schengen \(1953-2004\)](#). These. France. 1 vol. 2013a. Disponível em <https://www.cf2r.org/wp-content/uploads/2017/05/DCPAF.pdf>. Acesso: 08/12/2020.

_____. Projeto de pesquisa CICC – Sara Casella Colombeau - Août 2013b. 1 *Bourse postdoctorale du Centre International de Criminologie Comparée* 2013b. Modalités de construction et de mise en œuvre d'une « frontière intelligente ». Une comparaison Espagne/Canada.

_____. “Border guards as an “alien police”: usages of the Schengen Agreement in France”. Les Cahiers européens de Sciences Po, n° 04. 2010. Disponível em <https://www.cf2r.org/wp-content/uploads/2017/05/DCPAF.pdf> Acesso em: 26/09/2020.

CORNOU, A.. *Etude préfiguratrice Observatoire International des Transports de l'Oyapock – OITO*. Rapport Final. OHM/CNRS, 2018.

DIEU, François. *La lutte contre l'immigration irrégulière. Quelques reprises sur l'expérience française*. Rivista di Criminologia, Vittimologia e Sicurezza – Vol. IX – N. 1 – Gennaio-Aprile 2015. Disponível em: http://publications.ut-capitole.fr/20496/1/Dieu_20496.pdf Acesso em: 25/09/2020.

FRANÇA. *Code de procédure pénale*: Chapitre III: Des contrôles, des vérifications et des relevés d'identité (Articles 78-1 à 78-6). Modifié par Loi n°2006-64 du 23 janvier 2006 - art. 3 J O R F 2 4 j a n v i e r 2 0 0 6 . D i s p o n í v e l e m : F o n t e <https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGIARTI000006575189/2006-01-24/> Acesso em: 25/09/2020.

_____. Polícia Nacional. Ministério do Interior. *Histoire de la police judiciaire*. 2011. Disponível em <https://www.police-nationale.interieur.gouv.fr/Organisation/Direction-Centrale-de-la-Police-Judiciaire/Histoire-de-la-police-judiciaire>. Acesso em: 25/09/2020.

_____. Sénat Session Ordinaire de 2016-2017 N° 598. *Enregistré à la Présidence du Sénat. Rapport D'Information Fait au nom de la commission des affaires sociales (1) sur la prise en charge sociale des mineurs non accompagnés*. Le 28 juin 2017. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r16-598/r16-59814.html>. Acesso em: 26/09/2020.

NONATO JUNIOR, Raimundo. *Géographie régionale de la frontière France-Brésil: la tension entre "regionalisation" et "internationalisation" de l'espace oyapockois*. Thèse. Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle/ PRES Sorbonne. Paris. 2016.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.

PEREZ, Patrick ; ARCHAMBEAU, Olivier. *Architectures et paysages de Saint-Georges de l'Oyapock*. OHM Oyapock, CNRS Guyane (Cayenne). 2012.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. *Défis de la circulation à la frontière entre le Brésil et la Guyane Française (france)*. Mercator, Fortaleza, v. 18, 2019.

SILVA, Luiza Lopes da. *A questão das drogas nas relações internacionais : uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013.